



FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

<b>COMPONENTE CURRICULAR:</b> Direito Empresarial III				
<b>UNIDADE OFERTANTE:</b> FADIR				
<b>CÓDIGO:</b>		<b>PERÍODO/SÉRIE:</b> 6º		<b>TURMAS:</b> J1 (Segundas, 20:50-21:50)
<b>CARGA HORÁRIA</b>			<b>NATUREZA</b>	
<b>TEÓRICA:</b> 60H	<b>PRÁTICA:</b>	<b>TOTAL:</b> 60H	<b>OBRIGATÓRIA:</b> ( X )	<b>OPTATIVA:</b> ( )
<b>PROFESSOR(A):</b> Ricardo Padovini Pleti Ferreira				<b>ANO/SEMESTRE:</b> 2020-2 (período especial)
<b>OBSERVAÇÕES:</b> Pré-requisito Teoria Geral do Direito Civil, Direito Empresarial I e Direito Empresarial II; mínimo 15, máximo 40 alunos por turma.				

2. EMENTA

**Parte I – Direito Falimentar:** 1. As origens históricas do Direito Falimentar. 2. Falência. 3. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial.

**Parte II – Recuperação (Extra)Judicial de Empresas:** 1. O processo de Recuperação Judicial. 2. Recuperação Extrajudicial. 3. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005. 4. Problemas de Direito Intertemporal

3. JUSTIFICATIVA

O conteúdo abordado torna-se indispensável à formação do aluno em área relevante do Direito Privado, o qual se mostra imprescindível para o exercício das profissões jurídicas com atuação correlata aos assuntos estudados no programa da disciplina.

4. OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Ao final da disciplina, o estudante será capaz de estabelecer, a partir do ensino-aprendizagem, condições favoráveis para que disponha dos conhecimentos científicos



necessários ao acompanhamento e execução de serviços vinculados ao processo falimentar e à recuperação de empresas.

**Objetivos Específicos:** Habilitar o aluno a utilizar elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes do Direito Falimentar e Recuperacional; Valer-se de espírito crítico referente à matéria, de forma que compreendendo a dogmática possa ir além da norma jurídica, da jurisprudência e dos textos estudados;

---

## 5. PROGRAMA

### Parte I – Direito Falimentar

1. As origens históricas do direito falimentar
  - 1.1. O direito falimentar no Brasil
  - 1.2. A evolução da legislação falimentar brasileira
2. Falência
  - 2.1. Natureza jurídica da falência
  - 2.2. Princípios da falência
  - 2.3. Pressupostos da falência
  - 2.4. Procedimento para a decretação da falência
    - 2.4.1. O sujeito passivo do pedido de falência
    - 2.4.2. O sujeito ativo do pedido de falência
    - 2.4.3. O foro competente para o pedido de falência
    - 2.4.4. O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor
    - 2.4.5. A resposta do devedor ao pedido de falência
    - 2.4.6. A denegação da falência
    - 2.4.7. A decretação da falência
    - 2.4.8. Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência
    - 2.4.9. A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar
  - 2.5. Efeitos da decretação da falência
    - 2.5.1. Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor
    - 2.5.2. Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor
    - 2.5.3. Efeitos da falência quanto aos credores do falido
  - 2.6. O processo falimentar
    - 2.6.1. O procedimento de arrecadação dos bens do devedor
    - 2.6.2. O procedimento de verificação e habilitação dos créditos
    - 2.6.3. A realização do ativo do devedor
    - 2.6.4. Pagamento dos credores



- 2.6.5. Encerramento do processo falimentar
- 2.7. A extinção das obrigações do devedor falido
- 3. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial
  - 3.1 Administrador Judicial
    - 3.1.1. Auxiliares do administrador judicial
    - 3.1.2. Atribuições do administrador judicial
    - 3.1.3. Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares
  - 3.2. Comitê de credores
    - 3.2.1. Atribuições do comitê de credores
    - 3.2.2. Responsabilidade do administrador judicial e dos membros do comitê de credores
  - 3.3. Assembleia-geral de credores
    - 3.3.1. Quórum de instalação
    - 3.3.2. Exercício do direito de voto
    - 3.3.3. Controle jurisdicional da assembleia-geral de credores
    - 3.3.4. Composição da assembleia-geral de credores
    - 3.3.5. Quórum de deliberação

## **Parte I – Recuperação (Extra)Judicial de Empresas**

- 1. O processo de Recuperação Judicial
  - 1.1. O pedido de recuperação judicial
    - 1.1.1. O autor do pedido
    - 1.1.2. Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial
    - 1.1.3. O foro competente para o pedido de recuperação judicial
    - 1.1.4. A petição inicial do pedido de recuperação
    - 1.1.5. Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial
  - 1.2. A apresentação do plano de recuperação judicial
    - 1.2.1. A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor
    - 1.2.2. Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial
  - 1.3. Credores submetidos ao processo de recuperação judicial do devedor
    - 1.3.1. O problema das travas bancárias
    - 1.3.2. Verificação e habilitação dos créditos
  - 1.4. A análise do plano de recuperação pelos credores e pelo juiz
    - 1.4.1. Da concessão da recuperação judicial com o consentimento dos credores
    - 1.4.2. Da concessão da recuperação judicial sem o consentimento dos credores
  - 1.5. A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos
    - 1.5.1. A atuação da empresa em crise durante o processo de recuperação judicial
  - 1.6. O encerramento do processo de recuperação judicial



- 1.7. Da convalidação da recuperação judicial em falência
- 1.8. Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte
2. Recuperação extrajudicial
  - 2.1. Requisitos legais da recuperação extrajudicial
  - 2.2. O plano de recuperação extrajudicial
    - 2.2.1. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial
  - 2.3. O pedido de homologação do art. 162 da LRE
  - 2.4. O pedido de homologação do art. 163 da LRE
  - 2.5. Procedimento do pedido de homologação
  - 2.6. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial
3. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005
  - 3.1. A polêmica sobre a competência para julgamento dos crimes falimentares
4. Problemas de direito intertemporal.

---

## 6. METODOLOGIA

O conteúdo da disciplina será desenvolvido utilizando-se as seguintes plataformas:

- a) **Youtube**: postagem de videoaulas gravadas. Link para o canal será disponibilizado pela docente no início das aulas.
- b) **Conferência na Web** (site: [www.conferenciaweb.rnp.br](http://www.conferenciaweb.rnp.br) / aplicativo para dispositivo móvel disponível na Play Store: Mconf-mobile): aulas síncronas (ao vivo). Links serão disponibilizados para as turmas via e-mail. Após a atividade ao vivo, a gravação do conteúdo será disponibilizado no canal Youtube da docente.
- c) **Plataforma Microsoft Teams ou Moodle**: sala de aula virtual para postagem de materiais (slides de aula, textos para leitura, exercícios de fixação e atividades avaliativas). Link será disponibilizado no início das aulas.



## 7. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

<b>SEMANA</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>ATIVIDADES ASSÍNCRONAS</b>	<b>ATIVIDADES SÍNCRONAS</b>
<b>1<sup>a</sup></b> 13/07/2021 a 19/07/2021	1. As origens históricas do Direito Falimentar.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>2<sup>a</sup></b> 20/07/2021 a 26/07/2021	2. Falência.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>3<sup>a</sup></b> 27/07/2021 a 02/08/2021	2. Falência	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>4<sup>a</sup></b> 03/08/2021 a 09/08/2021	2. Falência.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



<b>5ª</b> 10/08/2021 a 16/08/2021	2. Falência	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>6ª</b> 17/08/2021 a 23/08/2021	2. Falência.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>7ª</b> 24/08/2021 a 30/08/2021	2. Falência	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>8ª</b> 08/09/2021 a 13/09/2021	2. Falência.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



<b>9ª</b> 14/09/2021 a 20/09/2021	3. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>10ª</b> 21/09/2021 a 27/09/2021	3. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>11ª</b> 28/09/2021 a 04/10/2021	3. Órgãos da Falência e da Recuperação Judicial	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>12ª</b> 05/10/2021 a 11/10/2021	1. O processo de Recuperação Judicial.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>13ª</b> 19/10/2021 a 25/10/2021	1. O processo de Recuperação Judicial.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h
<b>14ª</b> 26/10/2021 a 17/10/2021	2. Recuperação Extrajudicial.	Estudo Direcionado Duração: 1h	Conferência na Web Duração: 1h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



15ª 29/10/2021 a 05/11/2021	3. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005. 4. Problemas de Direito Intertemporal	Estudo Direcionado Duração: 2h	Conferência na Web Duração: 2h
--------------------------------------	--	-----------------------------------	-----------------------------------

\*Atividades síncronas: Encontros semanais de 1h - equivalência online: 15h.

\*Atividades assíncronas: Estudos Direcionados semanais de 1h - equivalência online: 15h

\*Atividades de fixação e avaliação: diversas e proporcionais à CH total da disciplina

(leituras, fichamentos, questionários, análise jurisprudencial, criação de conteúdo, estudo dirigido, prova escrita etc.)



---

## 8. AVALIAÇÃO

- a) **oito (oito) trabalhos avaliativos** escritos individuais (questionários, leituras, fichamentos, criação de conteúdo), sobre as temáticas abordadas a cada módulo, no **valor de 5,0 (cinco) pontos cada**. As atividades serão apresentadas com antecedência mínima de 3 dias e devem ser postadas na plataforma Microsoft Teams dentro do prazo estipulado (**NÃO SERÁ ACEITO** atraso na postagem) **Total: 40,0 (quarenta pontos)**
- b) **02 provas escritas individuais** sobre conteúdos determinados pelo docente realizadas de forma síncrona no **valor de 30,0 pontos cada**. **Total: 60,0 (sessenta pontos)**

---

## 9. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso de Falência e Concordata*. São Paulo: Saraiva, 25. ed., 2019.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos & Outra. *Falências e Concordatas*. São Paulo: LRT, 3. ed., 2019.
- BERTOLDI, Marcelo M. *Curso Avançado de Direito Comercial*. São Paulo. Rev. Trib. ,Vol. 1 e 2,2008.
- BESSONE, Darcy. *Instituições de Direito Falimentar*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BEZERRA Filho, Manoel Justino. *Lei de Falências Comentada*. São Paulo: Rev. Trib., 2019.
- CARVALHO DE MENDONÇA, J.X. *Tratado de Direito Comercial*. Campinas: Bookseller, 2000.

### COMPLEMENTAR:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 3 Vol., 2019.
- COVELLO, Sergio Carlos. *Contratos Bancários*. São Paulo: Leud., 4. ed., 2001.
- FUHRER, Maximilianus Claudio A. *Roteiro das Falências e Concordatas*. Rev. Trib, 20. ed.
- LACERDA, J.C. Sampaio de. *Manual de Direito Falimentar*. Rio: Freitas Bastos. 13. ed.
- RAMALHO, Ruben. *Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas*. São Paulo: Saraiva, 3a ed.
- REQUIAIO, Rubens. *Curso de Direito Falimentar*. São Paulo: Saraiva, 10 e 20 Vol. 248 ed.
- SILVA PACHECO. *Processo de Falência e Concordata*. Rio: Forense. 5. ed.
- VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências*. Rio: Forense, 4. ed., 3 Vol., 1999.

**OBS:** Na plataforma Moodle serão postadas as atividades e os textos de apoio e outras referências, como sites, vídeos e links para enriquecer o conteúdo e contribuir para melhor



aproveitamento final do aluno.

---

## 10. BIBLIOGRAFIA

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenação do Curso de Graduação em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_